

CAMPO LIMPO

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2021-2-196

PREFEITURA REGIONAL DO CAMPO LIMPO
ENDERECO: RUA NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO N 59/65

2020-0.009.856-4 AGUINALDO KRUGER
DEFERIDO
LEI 16.050/14LEI 16.402/16LEI 16.642/17, REGULAMENTA-DA PELO DECR ETO N 57.776/17

2020-0.011.230-3 FLAVIO VOLPE CASTRO
DEFERIDO
LEI 16.050/14LEI 16.402/16LEI 16.642/17, REGULAMENTA-DA PELO DECR ETO N 57.776/17

ATOS ADMINISTRATIVOS

DESPACHOS: LISTA 991

SUBPREFEITURA DO CAMPO LIMPO
ENDERECO: RUA NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO, 59

6032.2021/0002561-7 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil
DEFERIDO

A empresa INSTITUICAO BENEFICENTE PERSIO GUIMARAES AZEVEDO CNPJ 62440094000924 teve sua licença deferida.

6032.2021/0002562-5 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil
DEFERIDO

A empresa INSTITUICAO BENEFICENTE PERSIO GUIMARAES AZEVEDO CNPJ 62440094000924 teve sua licença deferida.

6032.2021/0002565-0 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil
DEFERIDO

A empresa ELIZABETE QUITERIA DA SILVA CNPJ 43922887000188 teve sua licença deferida.

6032.2021/0002566-8 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil
DEFERIDO

A empresa ELIZABETE QUITERIA DA SILVA CNPJ 43922887000188 teve sua licença deferida.

6032.2021/0002567-6 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil
DEFERIDO

A empresa ELIZABETE QUITERIA DA SILVA CNPJ 43922887000188 teve sua licença deferida.

6032.2021/0002568-4 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil
DEFERIDO

A empresa ELIZABETE QUITERIA DA SILVA CNPJ 43922887000188 teve sua licença deferida.

PROCESSO SEI Nº 6032.2021/0002283 - 9
ASSUNTO: MANEJO DE ÁRVORES
DESPACHO:

PROCESSO SEI Nº 6032.2021/0002283 - 9, DEFIRO nos termos do parecer da manifestação técnica do Engº(A) Agrônomo(A) sob sei (052531142 e 052532198). Autorizo com fundamento no(s) artigo 11º, inciso(s) II e III artigo 12º, inciso(s) III da Lei 10.365/87, o corte de 02 (duas) árvores, sendo 01 (um) de nome popular Tronco seco morto, e 01 (um) Eucalipto, localizada(s) no passeio público (calçada) sito na rua José de Oliveira Coelho, 766 - Vila Andrade, ficando a PMSP condicionada ao plantio de 02 (duas) mudas de árvores de grande porte, padrão SVMA/DEPAVE, constantes na “Lista Indicativa de Espécies Nativas”, anexa da Portaria nº 61/2011, em substituição àquela(s) que será(ão) cortada(s), no prazo de até 30 (trinta) dias após o(s) corte(s).

PROCESSO SEI Nº 6032.2021/0002385 - 1
ASSUNTO: MANEJO DE ÁRVORES
DESPACHO:

PROCESSO SEI Nº 6032.2021/0002385 - 1, DEFIRO nos termos do parecer da manifestação técnica do Engº(A) Agrônomo(A) sob sei (053077114 e 053077683). Autorizo com fundamento no(s) artigo 11º, inciso(s) II artigo 12º, inciso(s) III da Lei 10.365/87, o corte de 01 (uma) árvore de nome popular Dedaleira, localizada(s) no passeio público (calçada), sito na rua Padre José Antonio Romano, 165 - Parque Esmeralda, ficando a PMSP condicionada ao plantio de 01 (uma) muda de árvore de médio ou grande porte, padrão SVMA/DEPAVE, constantes na “Lista Indicativa de Espécies Nativas”, anexa da Portaria nº 61/2011, em substituição àquela(s) que será(ão) cortada(s), no prazo de até 30 (trinta) dias após o(s) corte(s).

PROCESSO SEI Nº 6032.2021/0002386 - 0
ASSUNTO: MANEJO DE ÁRVORES
DESPACHO:

PROCESSO SEI Nº 6032.2021/0002386 - 0, DEFIRO nos termos do parecer da manifestação técnica do Engº(A) Agrônomo(A) sob sei (053018599 e 053020500). Autorizo com fundamento no(s) artigo 11º, inciso(s) II artigo 12º, inciso(s) III da Lei 10.365/87, o corte de 01 (uma) árvore de espécie não identificada seca morta, localizada(s) no passeio público calçada, sito na rua Frederico Consolo, 04 - Pirajussara, ficando a PMSP condicionada ao plantio de 01 (uma) muda de árvore de médio porte, padrão SVMA/DEPAVE, constantes na “Lista Indicativa de Espécies Nativas”, anexa da Portaria nº 61/2011, em substituição àquela(s) que será(ão) cortada(s), no prazo de até 30 (trinta) dias após o(s) corte(s).

PROCESSO SEI Nº 6032.2021/0002329 - 0
ASSUNTO: MANEJO DE ÁRVORES
DESPACHO:

PROCESSO SEI Nº 6032.2021/0002329 - 0, DEFIRO nos termos do parecer da manifestação técnica do Engº(A) Agrônomo(A) sob sei (052808297 e 053279745). Autorizo com fundamento no(s) artigo 11º, inciso(s) IV e VII artigo 12º, inciso(s) III da Lei 10.365/87, o corte de 01 (uma) árvore de nome popular Ligustrum, localizada(s) no passeio público calçada, sito na rua Abigail Maia, 629 - Jardim Soraia, ficando a PMSP condicionada ao plantio de 01 (uma) muda de árvore de médio porte, padrão SVMA/DEPAVE, constantes na “Lista Indicativa de Espécies Nativas”, anexa da Portaria nº 61/2011, em substituição àquela(s) que será(ão) cortada(s), no prazo de até 30 (trinta) dias após o(s) corte(s).

ASSUNTO: MANEJO DE ÁRVORES
I - DESPACHO:

PROCESSO SEI Nº 6032.2021/0001679-0. DEFIRO nos termos do parecer da manifestação técnica do Engº(A) Agrônomo(A) sob sei (048644046 e 048643970). Autorizo com fundamento nos artigos 11º, incisos II e III e 12º, inciso III, da Lei 10.365/87, a Remoção por Corte de 1 (uma) árvore da espécie Delonix regia (Flamboyant), localizada no passeio público, sito na Rua Alcântarilla, 260, Vila Andrade, ficando a SUB-CL condicionada ao plantio de 1 (uma) muda de árvore de médio ou grande porte, padrão SVMA/DEPAVE, em substituição àquela que será cortada, no prazo de até 30 (trinta) dias após o corte. II - PROVIDÊNCIAS SUBSEQUENTES: Publique-se.

A seguir à CPO/STLP para prosseguimento.

Subprefeito(a) de Campo Limpo
SUB - CL / G

6032.2021/0002555-2 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil
DEFERIDO

A empresa CONJUNTO ASSISTENCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO APARECIDA CNPJ 62481064001180 teve sua licença deferida.

6032.2021/0002556-0 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil
DEFERIDO

A empresa L.D TOTINI - PIZZARIA CNPJ 28645020000139 teve sua licença deferida.

6032.2021/0002557-9 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil
DEFERIDO

A empresa L.D TOTINI - PIZZARIA CNPJ 28645020000139 teve sua licença deferida.

6032.2021/0002558-7 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil
DEFERIDO

A empresa L.D TOTINI - PIZZARIA CNPJ 28645020000139 teve sua licença deferida.

6032.2021/0002559-5 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil
DEFERIDO

A empresa L.D TOTINI - PIZZARIA CNPJ 28645020000139 teve sua licença deferida.

PROCESSO SEI Nº 6032.2021/0002501 - 3
ASSUNTO: MANEJO DE ÁRVORES
DESPACHO:

PROCESSO SEI Nº 6032.2021/0002501 - 3, DEFIRO nos termos do parecer da manifestação técnica do Engº(A) Agrônomo(A) sob sei 053647282 e 053703596). Autorizo com fundamento no(s) artigo 11º, inciso(s) I e III artigo 12º, inciso(s) III da Lei 10.365/87, o corte de 01 (uma) árvore de nome popular Sibipiruna, localizada(s) no passeio público (calçada), sito na rua Joaquim Braga, 91 - Jardim Sandra, ficando a PMSP condicionada ao plantio de 01 (uma) muda de árvore de pequeno ou médio porte, padrão SVMA/DEPAVE, constantes na “Lista Indicativa de Espécies Nativas”, anexa da Portaria nº 61/2011, em substituição àquela(s) que será(ão) cortada(s), no prazo de até 30 (trinta) dias após o(s) corte(s).

CASA VERDE - CACHOEIRINHA

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2021-2-196

PREFEITURA REGIONAL CASA VERDE-CACHOEIRINHA
ENDERECO: AV.ORDEM E PROGRESSO, 1001
2019-0.038.961-0 SILVIA VALERIA RIBEIRO DE SOUZA
DEFERIDO

1) LEI N 16.050/14. 2) LEI N 16.402/16.

ATOS ADMINISTRATIVOS

DESPACHOS: LISTA 991

SUBPREFEITURA DA CASA VERDE / CACHOEIRINHA
ENDERECO: AV. ORDEM E PROGRESSO, 1001
6033.2021/0002672-4 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil
DEFERIDO

A empresa GLOBOVIDA EMERGENCIAS MEDICAS LTDA CNPJ 8482854000163 teve sua licença deferida.

6033.2021/0002674-0 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil
DEFERIDO

A empresa GLOBOVIDA EMERGENCIAS MEDICAS LTDA CNPJ 8482854000163 teve sua licença deferida.

6033.2021/0002569-8 - Comunicações Administrativas: Ofício - Pedido de Reconsideração de Ato Administrativo

Despacho indeferido
Interessados: MARCELO FABIANO OLIVEIRA, BRUNO SALLA RODRIGUES, OAB/SP 274.270
DESPACHO:

I - à vista dos elementos constantes dos autos, especialmente o Parecer da Assessoria Jurídica desta Subprefeitura, que acolho como razões para decidir, **CONHEÇO DO PEDIDO FORMALADO**, em que pese não restarem preenchidos os requisitos objetivos previstos no art. 176 da Lei 8.989/79, para no mérito **INDEFERIR O PLEITO** por não haver qualquer elemento apto a infirmar os motivos pelos quais a penalidade de apreensão foi aplicada, sendo de bom tom esclarecer que a pena é a mais branda prevista na Lei 8.989/79, exatamente pelo fato de que não houve dano ao erário, motivo pelo qual **MANTENHO O ATO ADMINISTRATIVO** ora impugnado.

II - PUBLIQUE-SE;
III - arquite-se.

6033.2021/0002190-0 - Comunicações Administrativas: Ofício

Despacho deferido
Interessados: Moradores da Rua Francisco Artásio
DESPACHO:

I - à vista dos elementos constantes dos autos, mormente as manifestações do setor técnico, CET e assessoria jurídica, e no uso das atribuições a mim conferidas pela Lei 13.399/2002, DEFIRO O PEDIDO DE FECHAMENTO DE RUA formulado, asseverando que o Interessado deverá comprovar nos autos, a execução do projeto ambiental aprovado, no prazo de 30 (trinta) dias.

II - PUBLIQUE-SE;
III - à CPDU para ciência.

6033.2021/0002475-6 - Multas: defesa
Despacho indeferido

Interessados: CIA DE SANEAMENTO BASICO DE SAO PAULO - SABESP CNPJ 43776517031905

DESPACHO:
I - à vista dos elementos constantes do processo, mormente as manifestações do setor técnico que acolho como razões para decidir e no uso das atribuições a mim conferidas pela Lei 13.399/2002, INDEFIRO O RECURSO INTERPOSTO e por consequente, MANTENHO o Auto de Multa nº 29-038.079-1.

II - PUBLIQUE-SE;
III - à CPDU para ulteriores providências.

CIDADE ADEMAR

GABINETE DO SUBPREFEITO

ATA DE REUNIÃO

16ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 20/09/2021

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL (CPM) CIDADE ADEMAR

Às 19 (dezenove) horas do dia 20 (Vinte) de Setembro de 2021 (dois mil e vinte e um) reuniram-se, via Microsoft Teams, os conselheiros participativos municipais eleitos em Cidade Ademar e Pedreira, para 16ª Reunião Ordinária. Esta, gravada pelo interlocutor Hélio, tendo como Tema principal “**Habitacão**”. Iniciou-se às 19h13min e encerrou-se às 22h23min. **Conselheiros presentes (14):** Clóvis Rodrigues Ferreira (coordenador), Soraia Barbosa de Carvalho (secretária-geral), Alfonso Rodrigues Gonzáles, Aluizio Roberto Jordão, Amilton Chaves Mineiro, Bruno Marcos Freitas Maués, Carlos Antonio Gomes, Fátima Braz da Silva Lima Santos, Flavio Veloso Rocha, Itana Dos Santos Reis, Luiz Claudio dos Santos, Mayara Oliveira Torres Da Silva, Ricardo Vicente de Oliveira, e Valdice Ferreira dos Santos. **Conselheiros ausentes: (1)** Solange Viana de Oliveira

(ausência justificada). **Representantes do governo municipal presentes (06):** Denise Gelsomini (Supervisora de Habitação), José Hélio Aragão dos Santos (Interlocutor e Coordenador de Governo Local Cidade Ademar), Julio Cesar Ribeiro Da Silva (Chefe Gabinete Cidade Ademar), Renato Galindo Jardim da Silva (Subprefeito Cidade Ademar), Paulo Leite Jr – Secretária Executiva de Programa Mananciais e SEHAB (paulolette@prefeitura.sp.gov.br), Maria Teresa Fedeli – Secretária Executiva de Programa Mananciais e SEHAB (mariafedeli@prefeitura.sp.gov.br). **Representantes de entidades (07):** Clair Helena dos Santos (CECASUL – Centro de Cidadania e Ação Social Sul), Cleide Marques Ramos (Lider Comunidade Neblon, Daniel Reis (Associação vila das Pratas), Jocemar Silveira (Conselheiro Gestor Movimento Habitação CDHU), José Afonso Dos Santos (Lider comunitário Comunidade Neblina 1, 2 e Fumaça), Osvaldir Freitas (CECASUL – Centro de Cidadania e Ação Social Sul), Suelen Ribeiro (Associação de moradores ocupação Jd. da União / Srdn2016@gmail.com). **Municípios presentes (20):** Adilson Rodrigues, Alexandre Figueiredo, Ana Clara Gurgel Santos, Audinéia Costa Ferreira, Bene, Elaine Vieira de Carvalho Ferreira, Elyan Regina dos Santos Souza, Jailma Conceição da Silva (jailmamuniz1321@gmail.com), Jilo, João, Jorge, Luciana Bispo, Marcelo Zuquini, Massafumi, Mariluce Santos Souza, Odilon Diego, Rosana Piccirilli, Sandra Regina Monção, Valéria Flávia Alves de Queiroz, Williams S Quintino (williams.quintino@gmail.com). O Coordenador Flavio, agradeceu a presença dos representantes e municípios. Iniciou informando a pauta da reunião, “**Habitacão**”, além da necessidade de uma eleição para novo coordenador e secretária, por se passar 6 (seis) meses do exercício, regra do estatuto CPM (Conselho Participativo Municipal). Foram eleitos o senhor Clóvis Rodrigues Ferreira e a senhora Soraia Barbosa de Carvalho com 11 (onze) votos dos 12 (doze) conselheiros presentes no momento, para a função de coordenador e/secretária geral respectivamente. O coordenador então em exercício agradeceu a secretária Soraia pelo bom trabalho executado no período. Ressaltou a pauta, definição para rito e data dessa mesma eleição dos novos representantes, situação social e infraestrutura das áreas bem como, remoção de famílias Rua Ladainha do Mar, Rua Alexandre kipnis, equilíbrio de preservação de mananciais e a questão de habitação da região. O Conselheiro Clóvis, agora eleito coordenador, passou a conduzir a reunião, agradeceu a confiança de todos, saudou Subprefeito e os convidados. A convidada Senhora arquiteta e urbanista Maria Teresa, trabalha na Secretaria Executiva de Programa Mananciais, Coordenação de Projetos, Área Manancial Billings e Guarapiranga, explanou sobre a reestruturação da secretaria cuja gestão da senhora Elisabete França foi oficializada entre os dias 13 e 14 do setembro de 2021, publicado em diário, mencionou sobre a reestruturação, onde a coordenação de obras fica com Engenheiro Ricardo Sampaio e a coordenação trabalhos sociais com a senhora Rita Madureira. Falou sobre a regularização fundiária que fazem parte dentro da estrutura da SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação). Clóvis, indagou sobre a remoção de famílias da Rua Ladainha do Mar, aluguel social e maiores esclarecimentos quanto a Rua Alexandre Kipnis, sugerindo além do atendimento individual, ora já acontecendo, uma reunião em coletivo com moradores locais e a SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação) para explicar, esclarecer na íntegra quais os projetos e destino real dos moradores, além das regiões de mananciais. Conforme sugestão da conselheira Mayara, a arquiteta explicou o que é Programa de Mananciais e seus objetivos, relatou que o princípio do programa é trabalhar o saneamento das Bacias Billings e Guarapiranga. Falou da questão das áreas de riscos, decreto que regulamenta a legislação Lei Estaduais, para tentar defender manancial, questões delicadas de aprovação por diversos órgãos, suas restrições e regras mais rígidas. afirmou que as regras mananciais são diferentes das regras da cidade. Além das dificuldades sazonais e atuais sobre questionamentos em reunião com moradores, porém por questão de ética o serviço é individual para preservar o que cada família tem a dizer naquele momento, disponibiliza a possibilidade de agendamento de reunião em coletivo virtual ou presencial. Sobre as incertezas da ladainha do mar, por estar em área de risco, existe processo no Ministério Público, uma vez que o objetivo final é salvar vidas. Sugere que todos entrem no site <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>, o qual disponibiliza as atualizações dos laudos das áreas de riscos, informação pública e sobre o cadastramento de aluguel social ocupações e deslocamentos Alexandre kipnis para o conjunto Habitacional Chácara do Conde. Explanou quanto ao objetivo do trabalho Regularização Fundiária, a ação do Ministério Público, fase final do processo de obra, entregar documento que leve ao cidadão segurança jurídica de moradia. afirmou que os processos estão em andamento, inclusive baseados na Lei Federal 13465/2017, possibilidade de regularização, porém por se tratar de uma lei nova, estão em fase de estudos de como aplica-la, além de discutir projeto de Lei para que se faça uma Lei Municipal, com propósito de ajudar a realizar a Lei Federal. Com isso afirma que o projeto está em desenvolvimento. O subprefeito, declarou que a preocupação com a cidade é notória, objetivo é levar serviço público de qualidade, Plano de Metas foi CEU e Moradia, e se depara com movimentos contrários ao governo, impedindo a qualificação da região e a falta de pertencimento. A secretária Soraia agradece a Maria Teresa e Paulo Leite, pela atenção e aceite do convite e a parceria do subprefeito Renato Jardim. dá início a sequência de falas, cronometradas, seguindo a ordem via chat. 1) Amilton, conselheiro, relata que acompanhou em 2010, vários processos sobre regularização fundiária, sito Rua Josephina Gianinni Elias-Dona Bimba, Pedreira, São Paulo - SP - CEP 04476000; R. Dr. José Sílvio de Camargo - Pedreira, São Paulo - SP, 04476-070, foi realizado selagem e até hoje essa regularização não foi executada. Pergunta à Maria Teresa: Existiu custo? Qual valor do recurso destinado? Qual o prazo? Aproveita para exemplificar o episódio ocorrido no morro dos macacos, desabamento e desapropriação. Existe algum contrato firmado em parceria com a Sabesp? Direcionando ao subprefeito, questionou quais projetos de moradias existentes na região, uma vez que o mesmo depende da desapropriação, afirmou que se desapropriar e não limpar a área se corre risco de novos invasores. Maria Teresa, falou que jamais afirmaria que algum dinheiro público se jogou fora, se comprometeu em realizar um acompanhamento ao processo da Região Dona Bimba e certificar se é da coordenadoria fundiária, bem como entender em qual estágio do processo se encontra, ressaltou que processos são longos, duram cerca de 30, 40 anos e ao longo desses anos leis foram alteradas, além de recursos novos adequando o trabalho. Existia convênio em parceria entre a Sehab e Sabesp que venceu, no entanto está em fase de minuta a retomada desta parceria, contemplando todas as áreas que estão em contrato, em risco ou não, realizar o saneamento e atingir objetivo zero. 2) Flavio (conselheiro), falou do projeto Condomínio Espanha, 863 famílias, onde foram destituídas, porém gostaria de saber qual o rumo que será dado aos moradores, pois não obtiveram respaldo até o momento. E quais os novos projetos de habitação, em especial na região dos 7 (sete) campos. 3) Osvaldir, (CECASUL – Centro de Cidadania e Ação Social Sul), relatou a prioridade destacada no orçamento para 2000 moradias, falou do Residencial Espanha, o qual não contemplou as famílias da moradia, mesmo com todo apoio, debate e participação. afirmou que nem todas as pessoas que lutam por moradia, possuem segundas intenções e são desonestos. Propôs uma auditoria das designações do Residencial Espanha, verificação quem está ou não morando e se não ocorreu alguma fraude no destino. Com a nova reestruturação desta secretária, onde se deve tratar a demanda das 2000 moradias, prevista em orçamento; 4) Valdice, conselheira, perguntou sobre a regularização fundiária da região Parque Primavera, canalização de córregos nesta região e se tem algum projeto de moradia popular; 5) Daniel Reis, (Associação vila das Pratas), concordou com as colocações

do Osvaldir sobre honestidade de moradia. Questionou andamento dos processos Regularização Fundiária da Comunidade Vila das Pratas 1 - Rua Delfino Fachina, 821 - Americanópolis, São Paulo - SP – CEP 04409-080 e Comunidade Vila das Pratas 2 - Rua Delfino Fachina, 675 - Americanópolis, São Paulo - SP – CEP 04409-080 e as Obras da Sabesp. Maria Teresa comparou o caso com o da Dona Bimba, e comprometeu-se a realizar análise do processo, bem como em qual grau encontra-se. 6) Williams Quintino, município, descreveu a sua preocupação pelas áreas de mananciais, falou sobre lado social, ocupações que cresce de forma desorganizada. Deu exemplo do Parque dos Búfalos, área de nascente, crise hídrica sem precedente, crise emergente. Indagou em saber como o governo prevê esta equação difícil, controle desapropriação. Existe um controle? De que forma é realizado? 7) Cleide Marques, (Lider Comunidade Neblon). O que está previsto para este local, uma vez que existem diversos barracos não cadastrados. 8) Clair, (CECASUL - Centro de Cidadania e Ação Social Sul), questionou o subprefeito quanto a exploração imobiliária, com abertura stand de venda voltado para a praça Lúcia (antiga feira livre), existe autorização para tal feito? Por vezes, o subprefeito mencionou que existem pessoas explorando áreas de mananciais e áreas de moradia para renda, solicitaremos o esclarecimento de maneira direta. Necessário se legitimar. 9) Mariluce Santos, moradora Residencial Espanha, declarou que diversos moradores não possuem condições de se manter em condomínios, se sentindo obrigados a gerar renda através da locação do apartamento. Propôs novos projetos de moradia de casas e não prédios. 10) Suelen Ribeiro, (Associação moradores da ocupação Jardim da União), 600 famílias, fundado a partir 2013 de despejo, entre 2017 a 2019, realização ato urbanização, com arrecadação dos moradores, área CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), água legal Sabesp, intervenção da Enel e pavimentação em andamento. Localizada em área de Manancial, proteção ambiental. Diversos projetos em andamento, conscientização bem assíduo, horta coletiva, projeto revitalização minas d’água, sensação pertencimento ao território. Ordem de reintegração, mantendo a demanda de 600 famílias, e receber a Revitalização Fundiária. Orientação, quais os próximos passos para permanecer mantendo a área de conservação? Maria Teresa noticiou que Jd. União em Capela do Socorro, CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), possui a preservação da área, afirmou a necessidade regularização e se comprometeu promover contato com responsável do órgão, além de trilhar os processos necessários à regularização. 11) Carlos Gomes, conselheiro, indagou se tem sido pensado no tratamento no esgoto, antes mesmo de canalização? Com relação ao saneamento da represa, existe algum cinturão de tratamento de esgoto a sua margem? Quais os critérios de mobilização ou transferência de famílias para projetos residenciais, uma vez que as famílias não estão preparadas para arcar com os custos, além da infraestrutura do local em torno? 12) José Afonso dos Santos “Bolinha”, (Lider comunitário Comunidade Neblina 1, 2 e Fumaça), relatou que atualmente 1253 pessoas recuaram, sendo que 96 pessoas estão com selos, pré-cadastro não foram chamadas nesta situação Como agir? Arquiteta urbanista sugeriu falar pessoalmente sobre este assunto, uma vez que existem outras demandas a serem tratadas em reunião presencial, data a ser confirmada. 13) Jocemar Silveira (Conselheiro Gestor no Fundo Paulista e CDHU), questionou se o gargalo de toda obra não estaria no canteiro e que o consórcio das empresas não tem dado a atenção devida, portanto perante as indagações, sugeriu criação de um conselho voltado para acompanhar o consórcio junto a PMSP. Maria Teresa, afirmou que se existe conselho Gestor, necessário entender de tudo, fazer parte das divisões de tarefas e buscará maiores detalhes junto à secretária, gerando mais transparência, pois faz parte do processo. Aproveitou para falar de um conselho que participou, levando projeto, onde moradores precisavam gerar rendas, indo ao encontro a indagação da Mariluce Santos (moradora Residencial Espanha), projeto este apresentado a moradores que viviam de reciclagem, a liderança em tom de desmerecimento, questionou por nunca ter visto estes moradores em ação. O morador prontamente, respondeu que não o enxergaria mesmo, alguns, os relatam como invisíveis, por estarem sempre abaixados, a busca de sobrevivência. Processos estão sendo desenvolvidos e fazem parte do check list, afirmou Maria Teresa, direcionando ao Jocemar. Clóvis ressaltou a Maria Teresa, que na Ladainha do Mar, existem questões públicas e particulares, sendo assim, como será tratado? Maria Teresa procurou responder em sintonia todas as questões, afirmou a existência das áreas públicas e particulares. Deixou claro a realização de pesquisas que comprovem a natureza da área. Falou do Residencial Espanha, o qual foi realizado pela iniciativa privada, atendendo a demanda da prefeitura, projeto maior. Sugeriu um possível mapeamento das pessoas cadastradas, respondendo diretamente ao Flávio. Relatou que quando se tira uma família, ou se pagou algum tipo de indenização, porém não fez direito, fica sensível e o picadinho não resolve, prova disso à necessidade de algumas ações, vistorias e até investigações. Comunidade Fumaça, Neblina, Neblon, representada pelos líderes de comunidades Cleide e Afonso “Bolinha”, também sofrem com isso. Situação difícil, área que envolve EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), cada área com grau de precariedade. Está localizada no pé da represa, contrário da Ladainha do Mar. Compromete-se a envolver EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) e realizar reunião presencial para tratar deste assunto. Em via de regras, sempre que se fala em projeto é necessário pensarmos em um todo, agregar outros usos, agenda cultural, geração de renda, levar a cidade, pensarmos sempre em projetos menores, para minimizar problemas, porém não só pensando em moradia. E pessoas que precisam de rendas e vivem de reciclagem. Não se podem trazer pessoas para área de dentro do manancial, isso é lei, não pode colocar mais gente do que já existe. Por isso, não se realiza cadastro de moradia popular por fila ou sorteio, necessário sempre pensar no saneamento e infraestrutura. Logo, toda vez que se falar em canalização córrego, haverá desapropriação, existirá remoção, isso também vale para Parque Primavera, dúvida levantada pela conselheira Valdice. Nas regiões com ocupações a implantação de parques lineares e parques tradicionais é ferramenta fundamental para a recuperação e preservação dos cursos d’água que chegam até nossos mananciais. São unidades criadas para proteger os recursos hídricos e mesclam conceitos de unidades de conservação com os de equipamentos públicos de lazer. Com a falta de estoque de terra, este sempre será um desafio, esclarece ao município Williams e conselheiro Carlos. Qualquer um pode identificar um terreno, indicar o local, olhar mapa da região e clicar onde tem área vazia. Tratar sempre em um todo e possivelmente poderá abrir uma investigação de avaliação. Muitas pessoas ainda são oportunistas, por moradia e urbanização das favelas. A briga precisa sempre existir com cidade e não da forma individual, necessário juntar seu bairro. Peso de equilíbrio (tratamento e moradia). Necessário após desapropriação, sempre tomar, checar desocupação, afinal recuapar é alta velocidade, responde ao município Williams. Com a reestruturação, a secretária cuidará somente dos Mananciais, a partir do novo decreto, possuirá estrutura independente, serão realizadas reuniões para definir conceitos, responsabilidades em questão, esclarecer dúvidas, afinal não estão tão claras, por se tratar de decreto novo, sendo assim fica a pendência em responder o Osvaldir. Diversas licenças prévias foram arquivadas e terão que ser retomadas, pois com a nova reestruturação, existirá a necessidade de uma nova busca de documentos, temas em outros órgãos de autorização e competência envolvidos, como por exemplo, CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), referente canalização de córregos. Declarou que a Secretária Elisabete França não se opõe em receber presencialmente, com as regras do Covid, podendo responder todas as demandas e dúvidas geradas no decorrer desta reunião. Maria Teresa agradeceu o convite e